O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 6 | Nº 18 | Boa Vista | 2021

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

http://doi.org/10.5281/zenodo.5009525

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

O CAMPO DE PODER DAS VACINAS NA PANDEMIA DA COVID-19

Elói Martins Senhoras[1]

Resumo

A pandemia da Covid-19 trouxe amplas repercussões multidimensionais e por conseguinte impulsionou uma corrida à descoberta e produção em larga escala de vacinas devido ao envolvimento ativo de diferentes *players*, como Estados Nacionais, grupos empresariais farmacêuticos e a comunidade técnico-científico. Tomando como referência esta discussão, o presente ensaio tem o objetivo de discutir as principais problemáticas geopolíticas e geoeconômicas envolvidas nesta corrida pelas vacinas, por meio da e um estudo de natureza exploratória e descritiva e explicativa quanto aos fins e de natureza quali-quantitativa quanto aos meios, utilizando-se de um método histórico-teórico-dedutivo e de uma triangulação metodológica fundamentada em uma revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados e em uma análise hermenêutica, geoespacial e gráfica para a análise dos dados. Conclui-se com base nos resultados apresentados que a corrida pela vacina repercutiu em um duplo campo de poder, permeado por vetores conflitivos e cooperativos geopolíticos e geoeconômicos, responsáveis por gerar um padrão assimétrico de poder no qual as vacinas se tornaram predominantemente bens privados, cuja internalização é acessível a um grupo restrito de países com renda per capita média e elevada.

Palavras chave: Covid-19. Geoeconomia. Geopolítica. Pandemia. Vacinas.

Abstract

The Covid-19 pandemic has brought broad multidimensional repercussions and therefore boosted a race for the discovery and production of vaccines in large scale due to the active involvement of different players such as National States, pharmaceutical business groups and the technical-scientific community. Taking this discussion for granted, this essay aims to discuss the main geopolitical and geoeconomic issues involved in this race for vaccines through an exploratory and descriptive study regarding to its purpose as well as a quali-quantitative study regarding to its means. It has been used a historical-theoretical-deductive method and a methodological triangulation based on a bibliographical and legal review for the data collection and on a hermeneutic, geospatial and graphical analysis for the data analysis. Based on the results presented in this paper it is concluded that the race for the vaccine has had repercussions in a double field of power that was permeated by conflicting and cooperative geopolitical and geoeconomic vectors responsible for generating an asymmetrical pattern of power in which vaccines became predominantly private goods whose internalization is accessible to a restricted group of countries with medium and high per capita income.

Keywords: Covid-19. Geoeconomics. Geopolitics. Pandemic. Vaccines.

A inesperada emergência do vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus-2 (SARS-CoV-2), responsável pela pandemia da Doença do Coronavírus 2019 – Covid-19, trouxe consigo repercussões multilaterais de natureza complexa e multimensionais, afetando os padrões políticos, econômicos e sociais, incluindo o próprio modo de vida bilhões de pessoas no mundo (SENHORAS,

[1] Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *Think Tank* IOLEs. Economista e Cientista Político. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com. Outros trabalhos do autor podem ser encontrados em www.eloisenhoras.com.

2020), o que repercutiu em um inédito esforço para um rápido desenvolvimento de vacinas em curto espaço de tempo.

De modo reativo à pandemia do novo coronavírus surgiu uma dinâmica corrida para a criação de vacinas em um curto espaço de tempo no globo, com claras repercussões geopolíticas e geoeconômicas nas quais um grupo restrito de determinados Estados Nacionais e Grupos Empresariais Farmacêuticos, Universidades e Institutos de Pesquisa esteve posicionado para tornar a crise da Covid-19 em uma oportunidade estratégica para promoção de soluções, mas também para a maximização de seus interesses e poderes.

No âmbito dos Estados Nacionais, de acordo com Heisbourg (2020), a pandemia da Covid-19 potencializou demandas de ampliação do poder do Estado em seu papel de Leviatã, tanto, em regimes democráticos, quanto, em regimes ditatoriais, diante de uma emergente necessidade securitização sanitária para enfrentar à nova ameaça com repercussões multidimensionais e transescalares, porém, apenas um grupo restrito de países com potencial tecno-científico e com robustez na indústria farmacêutica e laboratorial acabou manifestando um proativo papel, de modo muito recorrente através de uma deliberada ação, caracterizada como "nacionalismo das vacinas" (SERHAN, 2020; 2021).

A Rússia se destacou no contexto da pandemia por meio de uma corrida fundamentada na declaração de um "patriotismo vacinal" para criar sob coordenação direta do Estado, a primeira vacina contra a Covid-19, por meio de um sistema de *fast track*, queimando etapas de testagem amostral e validação, se utilizando de um padrão similar à época da corrida espacial, de onde, por analogia, uma das vacinas teve seu nome derivado, *Sputnik V*.

No caso específico da China e da Índia que são países com uma robusta indústria farmacêutica-hospitalar alicerçada na quebra de patentes, no fornecimento de insumos e de equipamentos médico-hospitalares, desde o início da pandemia implementaram uma ativa "diplomacia da saúde" nos meses iniciais de 2020, estimulada por uma forte demanda internacional de máscaras e equipamentos de ventilação para unidades hospitalares, a qual se transformou em uma "diplomacia de vacinas" a partir dos meses finais de 2020.

No caso do Brasil, a despeito ser um importante *player global* na produção e demanda de medicamentos, possuindo um histórico relevante na diplomacia da saúde, na quebra de patentes e no desenvolvimento e aplicação de campanhas de vacinação, caracterizou-se no contexto da pandemia da Covid-19 como um país retardatário no cenário de produção da produção de vacinas em função da politização existente em torno da pandemia (MARANHÃO; SENHORAS, 2020; FONSECA *et al.*, 2021), perdendo espaço para potencias emergentes na diplomacia da saúde na produção de vacinas contra a Covid-19, como Cuba, Irã e Cazaquistão (OMS, 2021).

Os Estados Unidos adotaram uma posição pendular na corrida pela vacina em função das distintas posições presidenciais existentes. Com Donald Trump, em fim de mandato, o negacionismo no início da pandemia deu espaço para uma política unilateral de financiamento do Complexo Farmacêutico e de compra antecipada de vacinas sob o slogan "America First". Com Joe Biden, novo presidente eleito, o unilateralismo cedeu lugar para uma agenda multilateral de uma "diplomacia de distribuição de vacinas" e de fortalecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Na Europa, por sua vez, se observou uma perda de poder relativo na geopolítica da vacina diante das dificuldades existentes durante a pandemia para garantir a distribuição de vacinas, a qual se caracterizou como retardatária. A despeito de algumas vacinas serem produzidas na Inglaterra e na União Europeia, o continente se tornou em um *hotspot* pandêmico, após ter passado por diferentes ondas da pandemia, em função de novas cepas do vírus SARS-CoV-2.

A *geopolítica das vacinas* construída por uma deliberada "diplomacia da saúde" pela China, Rússia e Índia não aconteceu por acaso na Ásia Central, Leste Europeu, África, América Latina, mas antes reforçou tendências geopolíticas e geoeconômicas de projeção destas potencias emergentes por meio de parcerias estratégicas de natureza comercial, financeira e infraestrutural, consolidadas com os países destas regiões nas últimas décadas.

Um primeiro dilema geopolítico, relacionado à corrida pelas vacinas, reside nos compromissos firmados pelos países e suas lideranças políticas, uma vez que enquanto determinados países da União Europeia, China e Canadá firmaram compromissos multilaterais para acesso global das vacinas como *bens públicos*, em consonância com as agendas negociadas na Organização Mundial da Saúde (OMS), por outro lado, outros países como Estados Unidos, Reino Unido e Brasil construíram agendas unilaterais e comprometidas com grupos farmacêuticos segundo uma lógica de vacinas como bens privados.

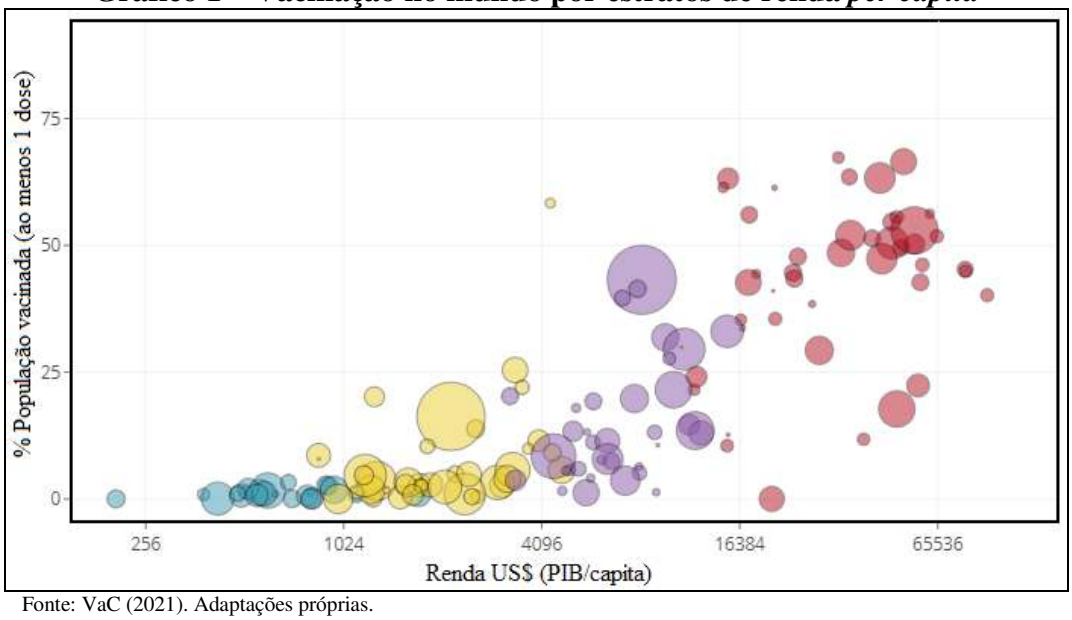
O dilema da geopolítica da vacinação vista sob o prisma estatal demonstra que há uma corrida com repercussões assimétricas e tons eventualmente nacionalistas, pois países com baixa renda ficaram isolados das dinâmicas de vacinação, dependentes de um marginal e retardatária distribuição de vacinas por parte da OMS ou de doações internacionais, em contraposição aos países com alta renda que garantiram a maior parte dos suprimentos mundiais de vacinas por meio de compromissos antecipados de compra, muitas vezes com diferentes grupos farmacêuticos ou institutos de pesquisa, incluindo até mesmo restrições temporárias de exportação de vacinas ou confisco de importação de vacinas para atendimento das necessidades domésticas.

No início da pandemia, os especialistas alertam que o nacionalismo da vacina - em que os países priorizam suas próprias necessidades domésticas em detrimento de todos os outros - impediria a

> recuperação econômica global e prolongaria a crise de saúde pública. Quase um ano depois, essas preocupações foram amplamente confirmadas: os países de alta renda que se compraram na linha de frente da linha de vacinas praticamente esvaziaram as prateleiras, deixando pouco em termos de abastecimento de curto prazo para os países mais pobres do mundo, a grande maioria dos quais não recebeu nenhuma dose da vacina (SERHAN, 2021).

Os resultados da corrida pela vacina indicam uma clara assimetria na vacinação por país no mundo, uma vez que a consolidação de uma lógica mercadológica pouco fundamentada na cooperação e claramente assentada na competição gerou uma curva de Knutz na qual a vacinação é diretamente proporcional à renda. Por um lado, nos países com maior renda *per capita* há um percentual maior de população vacinada. Por outro lado, nos países com menor renda, a vacinação é inexistente ou mesmo baixa (gráfico 1).

Gráfico 1 – Vacinação no mundo por estratos de renda *per capita*



Fonte: VaC (2021). Adaptações próprias.

Enquanto o mundo luta para enfrentar os desafios da vacinação contra a Covid-19 em uma ambiência caracterizada pela dinâmica mercadológica das vacinas como bens privados, particular atenção deve ser dada aos problemas enfrentados por países com menores níveis de renda *per capita*, uma vez que carecem não apenas de recursos econômicos (aquisição e produção), mas também de capacidades de avaliação e regulação, bem como de distribuição e aplicação das doses (FONSECA *et al*., 2021), elementos estes que tornam baixa a acessibilidade à vacinação para muitos países no globo no curto prazo, sendo dependentes de parcerias multilaterais intermediadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no médio e longo prazo.

Um segundo dilema geopolítico, materializado pelo campo de poder estatal na corrida das vacinas e sendo derivado do dilema anterior, trata-se do "nacionalismo de vacina", o qual pode ser

apreendido como positivo no curtíssimo prazo ao acelerar os esforços dos institutos de pesquisa, universidades e grupos farmacêuticos para a *produção da vacina* da Covid-19 em uma rápida temporalidade, embora no médio e longo prazo possa se manifestar como um grande problema à medida que a agenda nacionalista gera desvios na *distribuição da vacina* em termos globais (SERHAN, 2020), potencializando o efeito pandêmico internacionalmente na eventual continuidade de países sem vacinação.

A caracterização geopolítica do *nacionalismo da vacina* pode ser apreendida por um jogo de soma-zero, pois quando os países com maior renda buscam *comportamentos oportunistas* para garantir os estoques de vacina para sua população, acabam retardando a imunização de países com menor renda, potencializando assim a ampliação de *externalidades negativas* em termos multilaterais em função da potencial difusão de ondas da cepa do coronavírus, com maiores riscos epidemiológicos, e do próprio prolongamento da multidimensional crise global de origem sanitária.

A preocupação com o fenômeno do *nacionalismo da vacina* acontece em razão da estrutural crise enfrentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo seu aprofundamento neste contexto pandêmico em função das ações de alguns líderes negacionistas como Donald Trump e Jair Bolsonaro, o que repercutiu em uma baixa capacidade de coordenar a estruturação de um regime internacional de combate à pandemia da Covid-19 (CARVALHO; SENHORAS, 2020), com a consequente difusão de uma predominante lógica das vacinas, como bens privados, não plenamente acessíveis a todos os países devido aos seus custos.

Com base nestes dilemas geopolíticos, observa-se que as assimétricas repercussões da pandemia do novo coronavírus e o consequente jogo econômico e político materializado no campo de poder da corrida das vacinas expuseram a gravidade das mudanças existentes no mundo, reforçando dinâmicas geopolíticas pré-existentes, tanto, de um inicial isolacionismo e unilateralismo estadunidense e de projeção hegemônica das potências emergentes chinesa, indiana e russa, quanto, de críticas e desafios das instituições e regimes multilaterais, bem como de perda de poder relativo da Europa e Brasil no contexto global (IOANNIDES, 2021).

No âmbito dos Grupos Empresariais Farmacêuticos, Universidades e Institutos de Pesquisa, a pandemia da Covid-19 trouxe uma paradigmática *tempestade perfeita* que propiciou uma concentrada capitalização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, por parte da iniciativa pública e privada, a qual mirou não apenas romper o amplo risco de segurança sanitária em termos globais, mas também aproveitar as oportunidades estratégicas do contexto adverso.

É neste contexto pandêmico de crise que emergiu uma corrida pela vacina da Covid-19, articulando vetores diplomáticos dos Estados Nacionais e paradiplomáticos da comunidade científica e

dos grupos farmacêuticos, em um campo de poder permeado por poucas ações cooperativas e muitas ações conflitivas na busca para se chegar à liderança na descoberta da vacina e em sua produção em massa, desvelando assim uma disputa na qual *vacina* é vista, ora como um *bem público*, ora, como um *bem privado*.

Não é por acaso que em um contexto de crise sanitária, reinterpretado como de oportunidades, que significativos avanços aconteceram em um curtíssimo espaço de tempo na indústria de biotecnologia, dadas as prioridades e recursos para alavancar as pesquisas para a criação de vacinas, o que posicionou países, a comunidade científica e grupos empresarias em um campo de poder que proliferou mais de 300 vacinas em desenvolvimento.

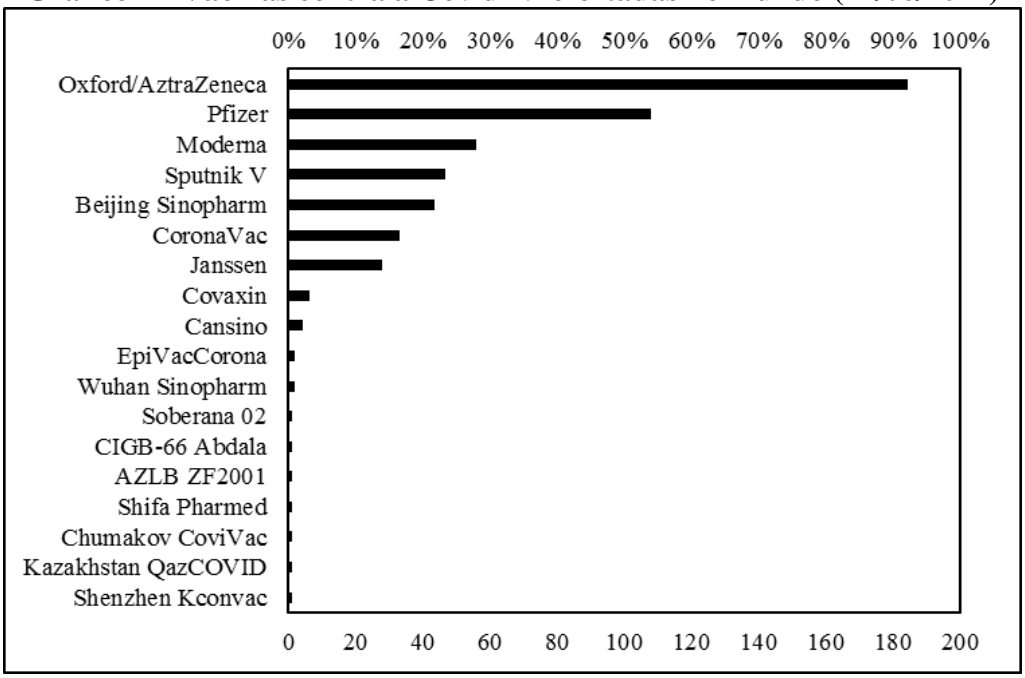
O tempo entre as pesquisas e o desenvolvimento de vacinas que tradicionalmente levava anos ou mesmo décadas, demonstra no caso da pandemia da Covid-19 uma forte compressão, dadas as circunstâncias emergenciais da crise pandêmica e do volume de recursos direcionados, o que tornou o campo de batalha pela vacina em uma estrutura dinamizada por apenas alguns poucos países e oligopólios empresariais, razão pela qual a materialização da vacina se caracterizou dentro de um padrão de *bem privado*, por meio da valorização de um grupo de pouquíssimos ativos assimetricamente disponíveis conforme a renda.

> O desenvolvimento de ferramentas para testes acelerados, incluindo modelos de animais pequenos e grandes para análise de eficácia de vacinas, ensaios para avaliação de imunogenicidade, reagentes críticos, padrões biológicos internacionais e compartilhamento de dados permitiu o desenvolvimento acelerado de vacinas. Mais de 300 vacinas estão em desenvolvimento e [18] delas são aprovadas para uso de emergência em vários países, com eficácia impressionante variando de 50 a 95% (KUMAR, 2021).

Embora o campo de poder da corrida pela vacina contra Covid-19 tenha se manifestado no início de 2020, quando é decretado o estado de pandemia mundial, por um perfil de concorrência com múltiplos *stakeholders*, atores e instituições mobilizados com interesses próprios e com apoio de um grupo seleto de países, por sua vez, ao final do ano de 2020, quando os primeiros resultados saem e as fases finais de estudos clínicos se manifestam, apenas um número restrito de 18 vacinas surgem para produção na condição de uso emergencial no mundo (VaC, 2021), sendo elas, na maioria oriundas de grandes grupos empresariais, segundo uma lógica comercial de ativos ou bens privados.

No conjunto de apenas 18 vacinas contra a Covid-19 em uso no globo no ano de 2021, observa-se uma hierarquia assimétrica quanto à capacidade de produção e aos destinos de distribuição em função da conformação de agendas de diplomacia e paradiplomacia competitiva pela vacina em contraposição a agendas cooperativas de distribuição multilateral.

Gráfico 1 - Vacinas contra a Covid-19 ofertadas no mundo (21/06/2021)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: VaC (2021).

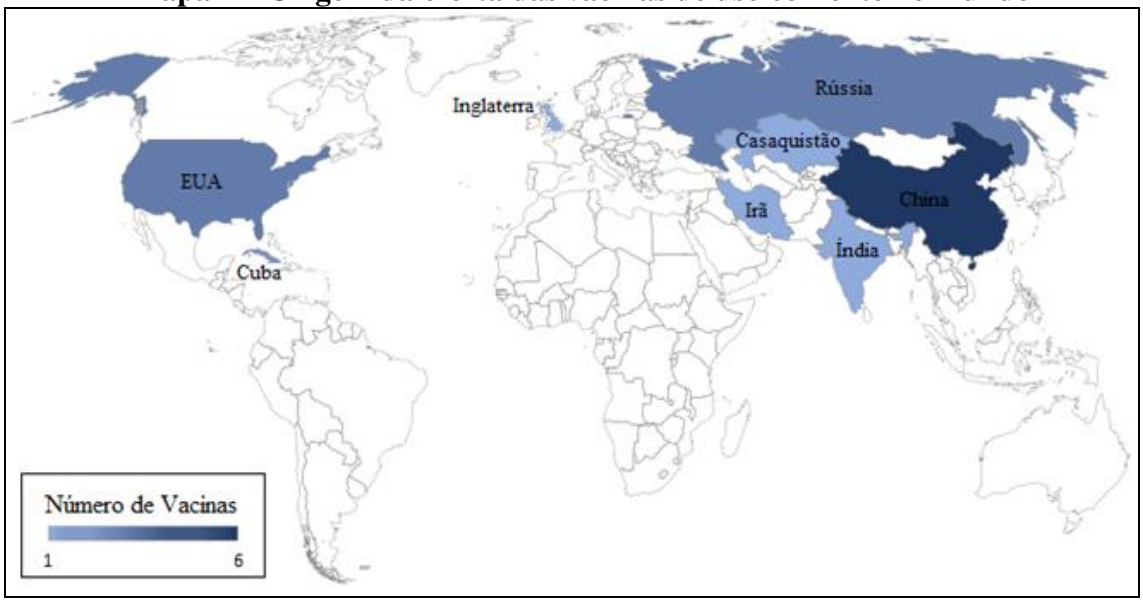
De um lado, no caso das vacinas produzidas nos Estados Unidos, Cazaquistão, Irã e Cuba, os acordos de produção priorizaram os próprios países de origem, dando aberturas de venda apenas após determinados patamares percentuais de distribuição para as populações nacionais. Neste grupo de países, a escala de produção de vacinas de origem estadunidense – Pfizer, Moderna e Janssen naturalmente se destaca pelo porte oliopolístico destes 3 conglomerados farmacêuticos, sendo a distribuição multilateral, uma segunda etapa, destinada principalmente para Europa e países emergentes de renda média.

De outro lado, as vacinas de origem inglesa, chinesa, russa e indiana tiveram distribuição multilateral em razão do desenho de uma paradiplomacia da vacina que estimulou não apenas as exportações globais das vacinas, mas também a transferência de tecnologia para produção em países terceiros com base em Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA). Em função da emergência de novas cepas do coronavírus e de ondas de contaminação em alguns destes países, a distribuição multilateral das vacinas se tornou comprometida em determinados momentos a fim de se atender às próprias demandas nacionais, razão pela qual se registra um ritmo muito lento para acesso à vacina para a maior parte dos países com baixa renda.

Há que se destacar que os vetores geoeconômicos da corrida das vacinas têm como pano de fundo todo um arcabouço diplomático e financeiro de Estados Nacionais, com uma limitada participação de organismos multilaterais financeiros ou de saúde, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo Banco Mundial e a Organização Mundial da Saúde (OMS), razão pela qual no restrito grupo de

18 vacinas de uso corrente contra a Covid-19, estão grupos empresariais oligopolísticos de natureza com operações multinacionais, institutos de pesquisas, universidades e consórcios com apoio de seus países de origem: China (6 vacinas), Estados Unidos (3 vacinas), Rússia (3 vacinas), Cuba (2 vacinas), e Inglaterra, Índia, Irã e Cazaquistão (1 vacina cada) (mapa 1).

Mapa 1 – Origem da oferta das vacinas de uso corrente no mundo



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: VaC (2021).

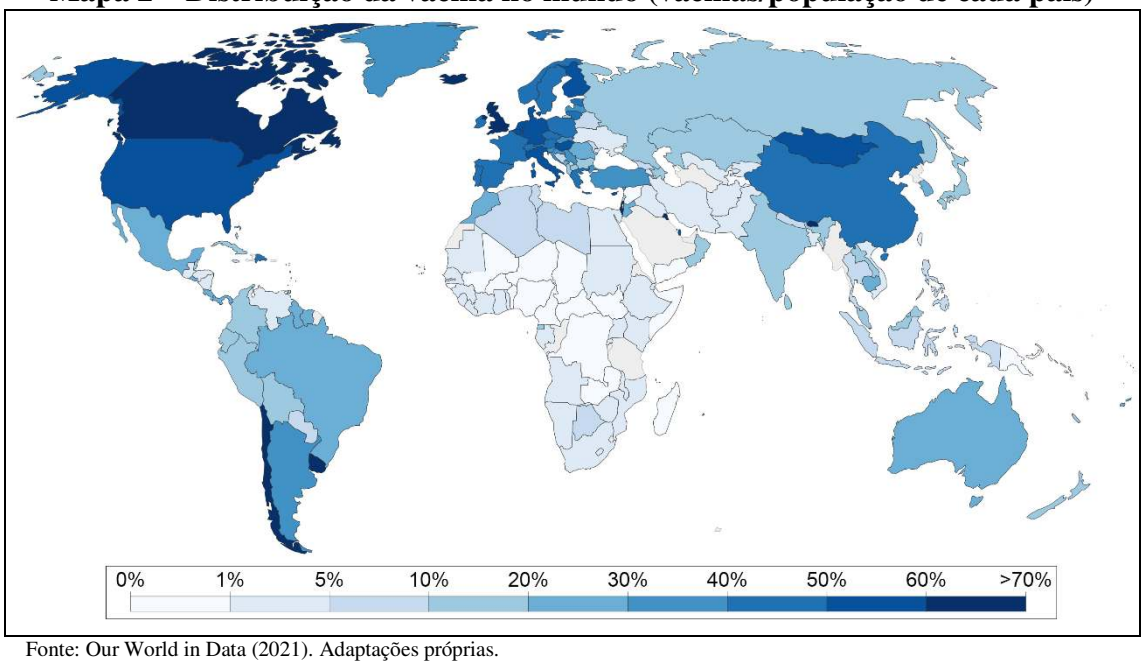
O grande debate existente no campo de poder manifestado pela geoeconomia da vacinação reside no dilema da vacina como um *bem público* para geração de externalidades positivas na securitização sanitária, suscetível a quebras de patentes, ou, como um *bem privado* de saúde pública global unilateralmente negociado pelos grupos farmacêuticos junto com países e blocos regionais.

Neste campo de poder, a ideal agenda multilateral de instrumentalização política das vacinas como um bem público amplamente acessível às populações de diferentes países no mundo se viu ofuscada por uma pragmática agenda econômica das vacinas como bens privadas, determinando assim uma clara assimetria de acesso conforme as diferenças de renda entre países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos.

Sob o prisma econômico grandes grupos farmacêuticos americanos e europeus como Johnson & Johnson, Pfizer, GlaxoSmithKline e Sanofi, a vacina contra a Covid-19 é compreendida como um bem privado, comercializado a preço de custo enquanto a pandemia persistir, mas sem quebra de patente ou transferência de tecnologia de fabricação (MOON, 2020), em contraposição a grupos farmacêuticos ou institutos de pesquisa chineses, russos e indianos, cujas vacinas são apreendidas como bens públicos passíveis de internalização via acordos de patente e fabricação.

A assimétrica distribuição de vacinas contra a Covid-19 materializa um mapa regional no mundo no qual a África e parcialmente a América Latina, Ásia e Oceania encontram-se atrás na corrida pela aplicação de doses em comparação aos Estados Unidos, Canadá e Europa (mapa 2). Não é por acaso que o epicentro de difusão de mortes pela pandemia deixou de ser os Estados Unidos e a Europa no final de 2020, passando para Índia, África e América Latina em 2021.

Mapa 2 – Distribuição da vacina no mundo (vacinas/população de cada país)



Fonte: Our World in Data (2021). Adaptações próprias.

Enquanto a média mundial de vacinação com apenas 1 dose totaliza 21,8% da população mundial (2,7 bilhões de pessoas), observa-se uma polarização na aplicação de vacinas, com um polo concentrado de aplicação em uma população acima de 50% em países com elevada renda em contraposição a outro polo com baixíssima aplicação de doses, de modo que 0,9% da pessoas de países com renda baixa receberam ao menos 1 dose de vacina (OUR WORLD IN DATA, 2021).

Países desenvolvidos, com alta renda, como China, União Europeia, Canadá, Estados Unidos, ou ainda países pequenos como Uruguai, Chile e Israel registram taxas entre 40% e 70% da população total vacinada com ao menos 1 dose vis-à-vis a potências emergentes com taxas médias até 30% como Brasil, México e Austrália ou países promotores da diplomacia da vacina, com taxas relativamente baixas, como o caso da Índia e Rússia, com apenas 15% da população total vacinada (mapa 2).

Tomando como referência as discussões geopolíticas e geoeconômicas apresentadas ao longo deste texto, observou-se que a corrida pela vacina ao longo do ano de 2020, embora tenha sido permeada por uma alta velocidade e por uma fabricação em escala, incorreu em claras limitações ao acesso global, uma vez que os mecanismos de financiamento se resumiram majoritariamente a

instrumentos de curto prazo, principalmente as contribuições diretas de governo, limitando assim a compra para um grupo limitado de países emergentes e desenvolvidos.

O limitado uso de mecanismos de mecanismos financeiros inovadores em termos de derivativos no mercado futuro limitou significativamente o financiamento de longo prazo da vacinação no mundo, tornando-se a pandemia da Covid-19 em um momento histórico de ampliação entre países centrais e periféricos, dada a crise estrutural das instituições multilaterais de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), ou o Grupo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou ainda, o próprio momento de transição hegemônica, na qual a China projetou suas ações de diplomacia da saúde durante o hiato da administração estadunidense de Donald Trump, embora muito aquém das necessidades globais em termos de estabilidade hegemônica.

A despeito das vacinas contra a Covid-19 representarem uma poderosa ferramenta para mitigar os impactos da pandemia e prevenir o desenvolvimento da doença em grandes populações a um custo relativamente baixo (SU; DU; JIANG, 2021), observou-se, no curto prazo a conformação de um política de soma-zero, na qual o risco da pandemia persiste multilateralmente ou até mesmo se potencializa por meio de diferentes novas ondas de cepas em mutação, justamente em um contexto em que se inicia a produção de vacinas no ano de 2021, porém em que o acesso global se torna restrito, concentrado por uma geopolítica de prevalência das forças vetoriais dos países com maior renda *per capita* e por uma geoeconomia, na qual as vacinas se projetam majoritariamente via tendências concorrenciais como bens privados.

No curto prazo, as repercussões deste duplo campo de poder geopolítico e geoeconômico são caracterizadas por um jogo de soma-zero à medida que a vacina tem se caracterizado predominantemente como um bem privado cuja produção e distribuição é internalizada assimetricamente, conforme o nível de renda em cada país, e, portanto, incapaz de conter a difusão de diferentes ondas de contaminação devido ao surgimento mutagênico de novas cepas do coronavírus, o que potencializa o prolongamento do pandemia, com a conformação de novos polos de difusão de mortes justamente nos países menos vacinados.

No médio e longo prazos, a capacidade da vacinação gerar uma massa crítica de externalidades positivas em termos multilaterais depende necessariamente da passagem de uma lógica predominantemente mercadológica de bem privado, com acesso restrito a determinadas rendas, promovido principalmente por grupos empresariais farmacêuticos, para uma lógica de bem público, caracterizada pela criação de mecanismos de financiamento via derivativos, por meio da coordenação multilateral do Banco Mundial e FMI, ou ainda, por meio da expansão da produção e distribuição de doses na alcunha de doações via organismos multilaterais como OMS, bem como da expansão de uma

diplomacia da saúde daquelas potências produtoras da vacina por meio de um padrão de inovação aberta (SENHORAS, 2012), com quebra de patentes e transferência de tecnologia.

Conclui-se com base nos resultados e discussões apresentados ao longo do texto que a pandemia da Covid-19 impactou de modo complexo e multidimensional as relações intra-nacionais e internacionais, engendrando uma conjuntura de múltiplas crises, mas também na conformação de uma compressão temporal na busca por soluções, o que repercutiu, no campo da securitização da saúde em uma corrida por vacinas com diferentes players que projetaram de modo assimétrico seus campos de poder, tanto, por meio de uma geopolítica entre Estados Nacionais, quanto, por uma geoeconomia dinamizada por grupos empresariais e pela comunidade técnico-científica.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, P. N.; SENHORAS, E. M. "The impact of COVID-19 Crisis on the Global Economy and the North American Hegemonic Cycle: A Reading". **Agenda Internacional**, año XXVII, n. 38, 2020.

FONSECA, E. M. "The politics of COVID-19 vaccination in middle-income countries: Lessons from Brazil". **Social Science & Medicine**, vol. 281, July, 2021.

HEISBOURG, F. "From Wuhan to the World: How the Pandemic Will Reshape Geopolitics". **Survival: Global Politics and Strategy**, vol. 62, n. 3, 2020.

IOANNIDES, I. "The European Union and the geopolitics of Covid19 vaccines in the Western Balkans". **ELIAMEP Policy Brief**, n. 146, April, 2021.

KUMAR, A. *et al*. "Status Report on COVID-19 Vaccines Development". **Current Infectious Disease Reports**, vol. 23, n. 9, April, 2021.

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. "Orçamento de Guerra no enfrentamento à COVID-19: entre manobras parlamentares e batalhas políticas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

MOON, S. "The Vaccine Race: Will Public Health Prevail over Geopolitics?". **Global Challenges**, n. 1, June, 2020.

OUR WORLD IN DATA. "Coronavirus (COVID-19) Vaccinations". **Our World in Data** [21/06/2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Acesso em: 21/06/2021.

SENHORAS, E. M. "Coronavírus e o papel das pandemias na história humana". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

SENHORAS, E. M. **Estruturas de Gestão Estratégica da Inovação em Universidades Brasileiras**. Boa Vista: EdUFRR, 2012.

SERHAN, Y. "Joe Biden's 'America First' Vaccine Strategy". **The Atlantic** [04/02/2021]. Disponível em: <https://www.theatlantic.com>. Acesso em: 18/06/2021.

SERHAN, Y. “Vaccine Nationalism Is Doomed to Fail”. **The Atlantic** [08/12/2020]. Disponível em: <https://www.theatlantic.com>. Acesso em: 18/06/2021.

SU, S.; DU, L.; JIANG, S. “Learning from the past: development of safe and effective COVID-19 vaccines”. **Nature Reviews Microbiology**, vol.19, 2021.

VaC – Vaccine Centre (VaC) at the London School of Hygiene and Tropical Medicine. “Landscape”. **COVID-19 vaccine tracker** [21/06/2021]. Disponível em: <https://vac-lshtm.shinyapps.io/ncov_vaccine_landscape>. Acesso em: 21/06/2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 6 | Nº 18| Boa Vista |2021

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima